



A intensificação de adjetivos: fatores contextuais

Intensification of adjectives: contextual factors

Luisandro Mendes de Souza

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul / Brasil

luisandro.mendes@ufrgs.br

Resumo: Este artigo discute a intensificação de adjetivos graduais modificados por *muito* a partir de uma abordagem referencial do significado. Assumindo a proposta que estipula que temos entidades de tipo $\langle d \rangle$ no modelo (von STECHOW, 1984; KENNEDY, 1997, 2007; KENNEDY; McNALLY, 2005a, entre outros), argumentamos que, em português brasileiro, há anomalias semânticas na combinação de *muito* com adjetivos absolutos de grau máximo, como previsto pela literatura. Contudo, nos casos em que a modificação é possível, isso se deve a dois fatores: ou o grau máximo é um padrão funcional convencionalizado, ou o padrão de comparação é intensional, seguindo a hipótese de Toledo e Sassoon (2011), para quem adjetivos absolutos têm classe de comparação intensional, em oposição à classe de comparação extensional dos adjetivos relativos. Por fim, propomos que *muito A* pressupõe que todos os indivíduos a quem a predicação se aplica sejam A, e que a identificação de um grau máximo como uma função total dos absolutos de grau máximo tem características de uma implicatura.

Palavras-chave: semântica; pragmática; adjetivos graduais; modificadores graduais.

Abstract: This paper discusses the intensification of gradable adjectives modified by *muito* ‘very’ using a referential approach to semantics. Assuming an approach which stipulates that there are entities of type $\langle d \rangle$ in the model (von STECHOW, 1984; KENNEDY, 1997, 2007; KENNEDY; McNALLY, 2005a, among others), we argue that in Brazilian Portuguese anomalies can be seen in the combination of *muito* with absolute gradable adjectives of maximum standard, as foreseen by the literature. However, in the cases in which the modification is possible, this can be related to two factors: or the maximum degree is a conventionalized functional standard, or the standard is intensional, according to the hypothesis of Toledo and Sassoon (2011), to whom absolute

adjectives have an intentional class of comparison, against the extentional comparison class of the relative adjectives. Lastly, we propose that *muito* A presupposes that all the individuals to whom the predication applies are A and that the identification of a maximum degree as a total function in the case of absolutes with a maximum standard has features of an implicature.

Keywords: semantics; pragmatics; gradable adjectives; degree modifiers.

Recebido em 09 de setembro de 2018

Aceito em 10 de janeiro de 2019

Introdução

A discussão sobre a modificação adjetival no português brasileiro a partir de uma abordagem formal do significado ainda é insipiente. Trabalhos como Guimarães (2007) ou Quadros Gomes (2011, 2012, entre outros) descrevem alguns aspectos de modificadores como *muito*, *bem*, *todo*, etc., particularmente as suas distribuições sintáticas e suas interpretações, sem, no entanto, avançar muito na caracterização formal desses modificadores.

Na Semântica Formal, o significado linguístico pode ser entendido como as condições para que uma sentença seja considerada verdadeira (condições de verdade). A fórmula T, nomeada a partir do lógico Alfred Tarski (1901-1983), que a idealizou, resume a essência da abordagem. Exemplificando, a oração *A neve é branca* é verdadeira se e somente se “A neve é branca”, na qual a expressão em itálico é a nossa língua objeto, e a expressão entre aspas duplas é a nossa metalinguagem. Para evitar a circularidade de usar como metalinguagem a nossa própria língua objeto (entre outros problemas, como a vagueza), os lógicos e semanticistas vêm utilizando uma linguagem simbólica para representar a contribuição dos elementos linguísticos para o significado da oração, além de sempre ter como norte o princípio de composicionalidade fregueano, que afirma que o significado do todo é função da soma do significado das partes e o modo como se combinam.¹

¹ Para mais detalhes, ver Pires de Oliveira (2001); Chierchia (2003); Cançado (2008); e referências lá citadas.

Procurando aprofundar formalmente os estudos já feitos sobre a modificação adjetival por graduadores, nosso objetivo principal será discutir mais detidamente a contribuição composicional de *muito* na modificação de adjetivos graduais, tais como *alto, gordo, reto, cheio* etc. Particularmente, queremos verificar se a interpretação dessa modificação é a mesma para todas as subclasses desse tipo de adjetivo. Adjetivos não graduais, por sua vez, não são passíveis de sofrer o mesmo tipo de modificação (cf. *retangular, atômico, grávida*, etc. são alguns exemplos típicos).

Recentemente, alguns autores propuseram que os adjetivos graduais podem ser divididos em duas classes: os relativos e os absolutos (KENNEDY; McNALLY, 2005a; ROTSTEIN; WINTER, 2004, entre outros). Os exemplos típicos podem ser vistos a seguir:

- (1) a. O João é alto.
- b. A toalha está suja.
- c. A toalha está limpa.

Do nosso ponto de vista, devemos nos perguntar como o mundo tem que ser para que (1a) seja verdadeira. A paráfrase comumente assumida para (1a) é a seguinte: [[O João é alto]] é uma sentença verdadeira se e somente se (sse) “o grau de altura que João exhibe excede o padrão para um indivíduo ser considerado alto no contexto de proferimento”. Aqui, introduzimos uma notação importante: o que consta entre os colchetes duplos [[]], a função de interpretação, é a nossa língua objeto, e o que está entre aspas duplas é a metalinguagem – que será entendida como uma hipótese sobre o significado da expressão. O trabalho do semanticista formal, então, será traduzir essa hipótese para uma linguagem simbólica que possa ser controlada e definida com precisão – tradicionalmente se utiliza o Cálculo de Predicados.

Assumindo que o DP sujeito denota um indivíduo, e que o verbo de ligação é vazio (por simplicidade), a pergunta fundamental é: o que denota o predicado *alto*? Vamos assumir, neste trabalho, a perspectiva de que adjetivos graduais denotam relações entre indivíduos e graus. Assim, $[[alto]] = ALTURA_{alto}(x,d)$. Essa formalização é chamada de entrada lexical e ela busca representar o significado da expressão; por meio dela entendemos que *alto* é uma relação entre um indivíduo x e um grau d na escala de altura. Veremos com mais detalhes a formalização

dessa oração na próxima seção. Por ora, o que importa é que precisamos de um mecanismo que relacione o grau que o indivíduo sujeito exibe do predicado (o grau referencial) com um grau advindo do contexto (um grau dito padrão). Por isso, a oração apresenta um valor de verdade relativo, pois o que conta como alto sempre depende da situação, e não apenas das propriedades objetivas do sujeito da oração. Esse mecanismo de que necessitamos, um operador sem conteúdo fonológico, será apresentado também na próxima seção, partindo da abordagem que acreditamos ser a mais influente na literatura (von STECHOW, 1984; KENNEDY, 1997, entre outros).

Nos exemplos (1b) e (1c), a situação é um pouco diferente, acreditamos. Embora possamos admitir a existência de uma certa variação no grau de sujeira/limpeza que um objeto pode exibir para ser considerado sujo ou limpo, para que (1b) seja verdadeira, basta que a toalha apresente um grau mínimo de sujeira, ao passo que (1c) será verdadeira se ela não apresentar nenhuma sujeira. Ou seja, aparentemente, não precisamos de informações contextuais para decidir o valor de verdade dessas orações, sendo suficiente que verifiquemos o estado dos objetos que são sujeitos da predicação. Não é difícil ver que adjetivos desse tipo são demonstravelmente graduais (cf. *A toalha verde está bem suja/está mais suja do que a azul/está tão suja que vou pedir outra*). Kennedy e McNally (2005a) propõem que as paráfrases adequadas para as sentenças (1b) e (1c) seriam as seguintes:

(1b') [[A toalha está suja]] = 1 sse “o grau de sujeira da toalha excede o grau mínimo na escala de sujeira”.

(1c') [[A toalha está limpa]] = 1 sse “o grau de limpeza da toalha é o grau máximo na escala de limpeza”.

Isso quer dizer que o padrão de comparação implícito dessa classe de adjetivos graduais não advém do contexto, mas já seria dado lexicalmente. Para os autores, isso explicaria porque adjetivos dessa classe são anômalos com modificadores graduais como *very* (‘muito’). Afinal, se uma toalha limpa está na posição máxima da escala, não haveria espaço para a intensificação – supondo que a operação semântica de *very* seja alçar o grau que o sujeito exibe para uma posição mais alta do que o padrão na escala (KLEIN, 1980; von STECHOW, 1984; KENNEDY; McNALLY, 2005a, 2005b). Se a modificação ocorre, eles sugerem que

alguma operação de coerção poderia transformar os adjetivos dessa classe em relativos.

Contudo, como Quadros Gomes (2011, 2012) mostra, no português, *muito* modifica indiferentemente adjetivos graduais relativos e absolutos, e o resultado da modificação sempre gera um predicado que tem valor de verdade relativo; isto é, para decidirmos as condições de verdade de uma sentença como *x é muito A*, temos de verificar o que conta como *muito A* no contexto. Veremos que essa história não está contada completamente. O que nos levou a investigar com mais cuidado o tema foi a seguinte questão: será que a interpretação para todas as classes é a mesma? Dito de outro modo, será que as condições de verdade são as mesmas, independentemente do adjetivo modificado? Se Quadros Gomes estiver certa, como um adjetivo absoluto, ao ser modificado por *muito*, torna-se um predicado relativo?

Os exemplos em (2), ilustram *muito* modificando as duas classes de adjetivos graduais: um adjetivo gradual relativo (2a) e dois adjetivos graduais absolutos, um com padrão mínimo (2b) e um com padrão máximo (2c).

- (2) a. O João é muito alto. [adjetivo com padrão relativo]
 b. A toalha está muito suja. [adjetivo com padrão mínimo]
 c. A toalha está muito limpa. [adjetivo com padrão máximo]

Simplificadamente, podemos assumir que (2a) é verdadeira se e somente se “a altura de João excede o padrão alçado de altura no contexto de proferimento da sentença, considerando os indivíduos que são altos”. Por hipótese, o papel semântico de *muito* seria alçar um padrão de comparação implícito, como a literatura também argumenta para *very*. Para tentar esclarecer a noção de alçamento do padrão, comparemos com a forma positiva (cf. *O João é alto*). Alçar o padrão significa assumir que, na mesma situação, o padrão para ser considerado “muito alto” deverá ser maior do que o padrão para ser considerado “alto”. Digamos, por ilustração, que um sujeito pode ser considerado alto se tiver mais de 1,75m de altura, mas, para ser muito alto, deve ter mais de 1,85m (voltaremos a isso na seção 1).

Em tese, se a contribuição semântica de *muito* é sempre a mesma, essa paráfrase também poderia ser aplicada aos outros casos. (2b) é verdadeira se e somente “o grau de sujeira que a toalha exhibe excede o

padrão alçado de sujeira naquele contexto”. Ou seja, algo descrito como *muito sujo* apresenta mais sujeira do que algo descrito simplesmente como *sujo*. Mas, o problema é lidar com casos como (2c). A literatura espera que sentenças desse tipo sejam semanticamente anômalas (KENNEDY; McNALLY, 2005a). Se para que uma sentença como *A toalha está limpa* seja verdadeira, basta que a toalha não apresente nenhum grau de sujeira, (2c) deveria significar que o grau de limpeza que a toalha exhibe excede o padrão para a toalha ser considerada limpa, isto é, o grau máximo, surge a pergunta: como alçar um padrão que já estaria no máximo da escala?

Olhando com mais cuidado, parece-nos que (2c) não é verdadeira nas mesmas condições em que (2a) e (2b) o são. Numa primeira leitura, basta que a limpeza da toalha exceda o que se considera como limpo naquela situação. Mas essa é uma leitura relativa, o que implicaria que o adjetivo mudou de tipo e foi coagido a ter essa interpretação (logo, essa não seria a interpretação usual do adjetivo). Contudo, esse caso não tem características aparentes de coerção. Para resolver esse problema, assumiremos a hipótese de Toledo e Sassoon (2011), para quem a classe de comparação de adjetivos absolutos é diferente da dos adjetivos relativos. Ela seria intensional (o padrão de comparação vem de outro mundo possível), permitindo que adjetivos que não necessitam de um padrão contextual em seu uso não-modificado, adquiram um padrão proporcionado contextualmente. Portanto, a paráfrase adequada seria: $[[2c]] = 1$ sse “o grau de limpeza que a toalha exhibe no mundo atual excede o grau de limpeza da toalha em um outro mundo possível”. Quanto a esses mundos possíveis, eles são selecionados dentro das expectativas ou desejos do falante.

Além disso, defenderemos que *muito* denota uma relação parcial (“x é maior ou igual a y”) entre um grau referencial (o grau que o indivíduo sujeito da predição apresenta) e um grau padrão (o grau contra o qual ele é comparado implicitamente na escala dada pelo adjetivo). Os outros aspectos do seu significado são pragmáticos, particularmente a classe de comparação mais restrita (noção que apresentaremos na próxima seção) e o efeito de alçamento do padrão. Outra hipótese resultante da discussão concerne o estatuto do grau máximo dos adjetivos absolutos de padrão máximo. Defenderemos que esse grau é uma inferência pragmática, provavelmente uma implicatura escalar, dada a característica do cancelamento e sua sistematicidade. A discussão desse tema nos ocupará na seção 2.

Assim, nossos objetivos imediatos são: i) discutir o alcance e os limites dessas hipóteses; ii) discutir a hipótese de Toledo e Sassoon (2011), para quem adjetivos relativos têm classes de comparação extensionais enquanto adjetivos absolutos têm classes de comparação formadas por contrapartes do mesmo indivíduo sob diferentes índices; e iii) sugerir uma entrada lexical para *muito* que capture as propriedades discutidas.

1 Alguns fundamentos da semântica dos adjetivos graduais

Já é bem conhecida na literatura a distinção entre adjetivos graduais e não graduais (KLEIN, 1980, 1991; KENNEDY, 1997, 2007; DEMONTE, 2011, entre muitos outros).² Klein (1980) mostra que adjetivos graduais são aqueles que aceitam modificação por intensificadores e outras construções graduais, como a oração comparativa canônica ou a oração consecutiva.

Iniciando, comparemos, então, o adjetivo *alto*, um gradual típico, com o adjetivo *retangular*, nos exemplos em (3) e (4):

- (3) a. O João é alto.
b. O João é muito alto.
c. O João é mais alto que o Pedro.
d. O João é tão alto que precisa se abaixar para passar pela porta.
- (4) a. Aquela mesa é retangular.
b. #Aquela mesa é muito retangular.
c. #Aquela mesa é mais retangular do que a porta.
d. #Aquela mesa é tão retangular que não precisará ser reformada.

Esse é um teste sintático (por isso não nos deteremos nas interpretações dessas orações). Afinal, a gradabilidade do adjetivo é verificada pela possibilidade de ele ocorrer na lista de construções oferecida. É preciso levar em conta que, se interpretável, uma sentença como (4b), por exemplo, será verdadeira em condições diferentes daquelas oferecidas para (3b). Isso quer dizer que (4b) não significaria algo como

² Contudo, na tradição gramatical brasileira, Cunha e Cintra (2008) foram dos poucos gramáticos tradicionais a reconhecer que nem todos os adjetivos aceitam os graus superlativo ou comparativo.

“a retangularidade da mesa apontada pelo falante excede o padrão alçado do que conta como uma mesa retangular no contexto”. Nossa intuição é que (4b) poderia ser usada com a intenção de enfatizar uma posição que foi negada pelo interlocutor que duvida que o objeto apontado possa ser descrito com o adjetivo *retangular*. Ou seja, acreditamos que o que poderia salvar a estrutura é alguma inferência pragmática.

Há outras características semânticas que também precisam ser mencionadas (BIERWISCH, 1989; KENNEDY, 2007). Boa parte dos adjetivos graduais tende a aparecer em pares, pelo menos os dimensionais, como *alto/baixo*, *gordo/magro*, *longe/perto* etc., denotando diferentes perspectivas de uma mesma escala. Assim, assumindo que *alto/baixo* são perspectivas diferentes da escala de altura, a literatura afirma que a diferença entre os polos se dá em relação ao ordenamento dos indivíduos no domínio: *alto* os ordenaria de forma ascendente (do mais baixo ao mais alto), ao passo que *baixo* os ordenaria de forma descendente (do mais alto ao mais baixo). Exemplificando, suponha que o nosso domínio de discurso tenha cinco indivíduos: $D_e = \{\text{Abel, Bruno, Carlos, Diego, Elias}\}$. Na escala de altura, eles estarão organizados em função do grau que exibem da propriedade. Digamos que as ordenações para *alto* e *baixo* sejam as seguintes, assumindo que, no nosso contexto, as alturas dos indivíduos sejam as que seguem abaixo:

Alto: {Elias > Diego < Abel < Carlos < Bruno}

Baixo: {Bruno > Carlos > Abel > Diego > Elias}

Bruno: 1,90m; Carlos, 1,83m; Abel, 1,79m; Diego, 1,73m; Elias, 1,69m

Por esse motivo, com *muito alto* nos movemos numa direção da escala, e com *muito baixo*, em outra. Ou seja, o modificador faz sempre a mesma coisa; o que muda, a direção do nosso movimento na escala, é efeito do ordenamento do domínio.

Além disso, praticamente todos os adjetivos são vagos,³ uma vez que geram casos limítrofes. Isto é, há situações em que não sabemos dizer se uma sentença com a estrutura $x \text{ é } A$ é verdadeira ou falsa.

³ As exceções são os adjetivos graduais absolutos, que, de acordo com Kennedy (2007), não seriam vagos por não gerar o paradoxo de Sorites, justamente por não gerar casos limítrofes. Para o autor, eles geram outro fenômeno, a imprecisão. Ver também: van Rooij (2011).

Mesmo adjetivos de gosto pessoal, como *bom*, *gostoso* e *divertido*, têm essa propriedade, embora diferentemente dos dimensionais (cuja escala tende a ser apenas uma – *alto/baixo*: *altura*, *gordo/magro*: peso, etc.). Para decidir se algo é bom, normalmente, temos que nos perguntar “*bom* em que sentido?”.⁴

Feita essa breve explicação, vejamos a distinção que nos preocupará mais detidamente neste artigo. Para nossos propósitos, adjetivos de gosto pessoal também serão considerados como adjetivos relativos, mesmo que nossa discussão use adjetivos dimensionais, como o caso exemplar.

1.1 Duas classes de adjetivos graduais: relativos e absolutos

Cruse (1986, e estudos lá citados) notou que os adjetivos graduais não formavam um conjunto semanticamente homogêneo. Ele percebeu que alguns pares de adjetivos, como *sujo/limpo* ou *aberto/fechado*, embora demonstravelmente graduais pelos testes tradicionais, comportavam-se de forma diferente sob a negação e sob a modificação por advérbios como *quase*. Comparemos os pares em (5) e (6):⁵

- (5) a. O João não é alto. -/-> O João é baixo.
 b. A toalha não está limpa. → A toalha está suja.
- (6) a. #O João é quase alto.
 b. A toalha está quase limpa.
 c. #A toalha está quase suja.

No caso de um adjetivo como *alto*, em (5a), note que a negação não acarreta que o sujeito esteja no outro lado do espectro da escala; ou seja, não acarreta que ele seja baixo. Pares de adjetivos dessa classe, os graduais relativos, têm escalas com lacunas extensionais (cf. KLEIN, 1980), e são essas regiões que explicam os casos limítrofes. Contrastivamente, note que a nossa intuição é clara em relação ao caso (5b): se a toalha não está limpa, acarreta que ela está suja, e vice-versa.

⁴ Além disso, esses adjetivos têm outro problema: o de poder ser verdadeiro para um falante e falso para outro, gerando desacordos (cf. LASERSOHN, 2005).

⁵ Usamos os exemplos correlatos em português para facilitar a exposição.

Por outro lado, o comportamento com modificadores como *quase* mostra que a estrutura das escalas desses dois tipos de adjetivos é diferente (cf. (6)). A escala de *limpo/sujo* envolve um limite no qual estaria localizada a transição entre os polos. O que *quase* faz, em (6b), é expressar que o sujeito está em uma região da escala muito próxima dessa transição, embora ainda se encontre no lado que consideramos sujo.⁶ Note que a estranheza de (6a) e (6c) pode ser explicada se considerarmos que não há um padrão natural para que um indivíduo seja considerado alto, ou em que ponto da escala se deixa de ser baixo para ser alto. *Quase sujo* também é anômalo por razões similares, embora possamos admitir que haja situações em que o sujeito possa ainda ser considerado como limpo, mas que já esteja no limiar de ser considerado sujo. Claro, isso indicaria que esse tipo de adjetivo é passível de influências contextuais, algo que, como veremos a seguir, parece ser o caso dos absolutos, embora em menor grau.⁷ Resumiremos esquematicamente essas diferenças em seguida.⁸

i) Adjetivos graduais Relativos: são vagos (geram casos limítrofes), altamente dependentes de contexto (o que conta positivamente como *A* varia de situação para situação) e, por isso, o padrão é dito relativo.

Exemplificando, vejamos como as condições de verdade de uma sentença como (7a) seriam computadas. Em (7b), vemos a especificação das condições de verdade na forma de uma paráfrase que será formalizada logo adiante.

⁶ Ver Rotstein e Winter (2004) para uma discussão aprofundada da semântica de modificadores como *almost* (quase) e a sua relação com a estrutura das escalas de adjetivos relativos e absolutos, que eles chamam de parciais e totais, respectivamente.

⁷ Essa é uma discussão importante. Veremos mais adiante que ela é relevante na consideração das classes de comparação desses adjetivos. Contudo, teremos de deixar para outro momento um aprofundamento da discussão sobre a relação entre o caráter de transitoriedade/permanência das propriedades e a sua relação com as classes de adjetivos graduais.

⁸ Uma apresentação e discussão mais detalhada delas pode ser encontrada em Souza (2019), considerando dados do português brasileiro, ou nos trabalhos clássicos sobre o tema (ROTSTEIN; WINTER, 2004; KENNEDY; MCNALLY, 2005; KENNEDY, 2007; DEMONTE, 2011).

- (7) a. O João é alto.
 b. $[[\mathbf{(7a)}]] = 1$ sse “o grau de altura de João excede o padrão contextual de alto”.

Para dizermos se (7a) é verdadeira, precisamos que o contexto nos forneça duas informações: a classe de comparação (CC) e o padrão para ser considerado verdadeiro que x é A em relação a essa CC. Supondo que João seja uma criança de 10 anos, o padrão de alto será tomado considerando-se esse conjunto de indivíduos, e não o conjunto dos jogadores de basquete. Anteriormente, assumimos que os adjetivos graduais denotam domínios que ordenam os indivíduos em função do grau que exibem da propriedade que o adjetivo denota. Uma classe de comparação, intuitivamente, é caracterizada como aquele conjunto dos indivíduos salientes no discurso (KLEIN, 1980). Mais especificamente, ela nos fornece o padrão contextual e segmenta o domínio em três conjuntos: i) aqueles que estão na extensão positiva do adjetivo (para quem a sentença x é A é verdadeira); ii) aqueles que estão na extensão negativa (para quem a sentença x é A é falsa); e iii) aqueles que estão na lacuna extensional (para quem a sentença x é A não é verdadeira nem falsa).

Além disso, para os nossos propósitos, vamos assumir que adjetivos denotam predicados graduais (CRESSWELL, 1976; KENNEDY, 2007). Isto é, são funções parciais de indivíduos a graus,⁹ como vemos em (8a), que se tornam predicados de indivíduos via modificação de um operador não pronunciado *pos*, que está definido em (8b), e que também tem a função de relacionar o grau referencial com o grau padrão.

- (8) a. $[[\mathbf{alto}]] = \lambda d_{\langle d \rangle} \cdot \lambda x_{\langle e \rangle} \cdot \text{ALTURA}_{\text{alto}}(x, d)$
 b. $[[\mathbf{pos}]] = \lambda G_{\langle \text{det} \rangle} \cdot \lambda x_{\langle e \rangle} \cdot \exists d[G(x)(d) \ \& \ d \geq d_{\text{padr\~ao contextual}}]$

⁹ Estamos assumindo a abordagem de Heim e Kratzer (1998), além da ontologia clássica, que assume que temos indivíduos, mundos, valores de verdade, etc. No nosso modelo de mundo, também temos graus, de tipo semântico $\langle d \rangle$, como indivíduos. Assim, uma escala pode ser concebida como um conjunto de graus ordenados (do maior para o menor, ou vice-versa, dependendo da polaridade do adjetivo) ao longo de uma dimensão. Klein (1980) e Burnett (2014) são abordagens alternativas para a semântica adjetival que não assumem graus como indivíduos.

Assim, reescrevendo (7b) com essas entradas lexicais, temos (9):

$$(9) [[(7b)]] = 1 \text{ sse } \exists d[\text{ALTURA}_{\text{alto}}(\text{joão},d) \ \& \ d \geq d_{\text{padrão contextual}}]$$

Utilizando a terminologia de Kennedy (1997), *pos* é uma relação parcial (“maior ou igual a”) entre dois graus: o grau referencial, aquele que o sujeito exibe, e um grau padrão, dado pelo contexto. Esse grau é visto como uma variável livre¹⁰ e, por isso, não é preso na fórmula por um quantificador. Por sua vez, note que o grau referencial está quantificado.

Assumindo as regras usuais de Aplicação Funcional¹¹ e baseando-nos nas entradas lexicais dadas em (8), a derivação será a seguinte (vale lembrar que estamos assumindo, por simplicidade, que o verbo de ligação é semanticamente vazio; assim, a denotação do SV é igual à denotação do SA):

$$(10) \text{ a. } [[[\text{SV é } [\text{SA pos } [\text{A alto}]]]]] = [[[\text{SA pos } [\text{A alto}]]]] = [[\text{pos}]] \\
\begin{aligned}
& ([[\text{alto}]]) = \lambda G_{\langle \text{det} \rangle}. \lambda x_{\langle e \rangle}. \exists d[G(x)(d) \ \& \ d \geq d_{\text{padrão contextual}}] \\
& (\lambda d_{\langle d \rangle}. \lambda x_{\langle e \rangle}. \text{ALTURA}_{\text{alto}}(x,d)) = \lambda x_{\langle e \rangle}. \exists d[[\lambda d_{\langle d \rangle}. \lambda x_{\langle e \rangle}. \\
& [\text{ALTURA}_{\text{alto}}(x,d)](x)(d)] \ \& \ d \geq d_{\text{padrão contextual}}] = \lambda x_{\langle e \rangle}. \\
& \exists d[\text{ALTURA}_{\text{alto}}(x,d) \ \& \ d \geq d_{\text{padrão contextual}}] \\
\text{ b. } & [[(7a)]] = [[[\text{SV}]]]([[[\text{O João}]]]) = \lambda x_{\langle e \rangle}. \exists d[\text{ALTURA}_{\text{alto}}(x,d) \\
& \ \& \ d \geq d_{\text{padrão contextual}}](\text{joão}) = \exists d[\text{ALTURA}_{\text{alto}}(\text{joão},d) \ \& \ d \\
& \geq d_{\text{padrão contextual}}]
\end{aligned}$$

ii) Adjetivos graduais Absolutos: esses adjetivos têm usos imprecisos, baixa dependência contextual e seu padrão é dito lexical/natural. Para ilustrar essas características, vejamos as sentenças em (11):

¹⁰ Mostrar isso tecnicamente nos tiraria do escopo do artigo. Além disso, desconheço alguém na literatura que tenha mostrado passo a passo como interpretar variáveis de grau livres. Kennedy (1997, cap. 2, p. 125) sugere que essa interpretação poderia funcionar como a dos pronomes livres, usando, portanto, os mecanismos usuais de atribuições de valores a variáveis. Como ele afirma, dado que o grau padrão é uma variável livre, “seu valor deve ser determinado por uma função de contextos a graus”. [trad. nossa]

¹¹ Cf. Heim e Kratzer (1998, p. 44): “Aplicação Funcional: Seja α um nó ramificado, $\{\beta, \gamma\}$ é o conjunto dos filhos de α , e $[[\beta]]$ é uma função cujo domínio contém $[[\gamma]]$, então $[[\alpha]] = [[\beta]]([[\gamma]])$.”

- (11) a. A toalha está limpa. [padrão máximo]
 b. A toalha está suja. [padrão mínimo]

Para que (11a) seja verdadeira, a toalha deve apresentar grau 0 de sujeira (ou muito próximo disso). (11b), por outro lado, será verdadeira com qualquer grau mínimo de sujeira. Isso mostra que a verdade da sentença não depende do que conta como limpo/sujo na situação, embora esse tipo de adjetivo permita a verdade da sentença mesmo que a toalha não esteja 100% limpa. Esse aspecto também mostra até que ponto o contexto pode influenciar nosso julgamento. Podemos imaginar que hospitais tenham menos tolerância à sujeira em comparação com outros ambientes. Assim, para um quarto de hospital estar limpo, sua limpeza deve ser bem mais cuidadosa do que a que toleraríamos para um quarto de hotel, por exemplo. A influência contextual reside nesse aspecto: em que ponto no espectro da escala fazemos a transição entre o sujo e o limpo, ou entre o polo positivo e o negativo da escala. Kennedy (2007) caracteriza esse fenômeno como ‘imprecisão’, para diferenciá-lo da vagueza, que gera os casos limítrofes por conta da lacuna extensional (que é a incerteza sobre a verdade ou falsidade da sentença em alguns casos).¹²

Alguns autores (TOLEDO; SASSOON, 2011; McNALLY, 2011; McNABB, 2012) sugerem também que alguns objetos têm padrões diferentes e que isso está ligado ao conhecimento sociocultural do uso deles. Em relação a um copo, o padrão de *cheio*, por exemplo, depende de estarmos falando de um copo de suco, de chope, de leite, de água, etc. Isso quer dizer que o máximo na escala depende do objeto ao qual se aplica o predicado. Aqui está uma diferença crucial: enquanto as propriedades do sujeito da predicação importam pouco para os adjetivos relativos; no caso dos absolutos elas são fundamentais.

Para capturar formalmente essas características, Kennedy e McNally (2005a) e Kennedy (2007) propõem que os adjetivos absolutos têm, em sua entrada lexical, um padrão natural. Compare (8a) com as entradas lexicais em (11). Lá, vemos que o adjetivo simplesmente relaciona o indivíduo com um grau na perspectiva da escala que ele denota. *Alto* é um predicado que mapeia seu argumento de indivíduo

¹² Kennedy (2007) usa, também, como evidência a diferença de comportamento em relação ao paradoxo de Sorites, mas como a apresentação dessa diferença nos tomaria muito espaço, remeto o leitor ao trabalho do autor.

num lugar na escala de altura, num grau. Por isso, ele seria simplesmente uma função de medida. Para Kennedy (1997), a função de introduzir um grau para relacioná-lo com o grau padrão dado contextualmente é do modificador *pos*. No caso dos absolutos, *sujo* mapeia seu argumento num lugar na escala de sujeira e já traz especificado que esse lugar é uma posição na escala que apresenta pelo menos um grau mínimo de sujeira (formalmente: $d \geq \min(EA)$). Como *limpo* é o adjetivo que fecha a escala, ele mapeia seu argumento no máximo da escala, o grau 0 de sujeira (formalmente: $d = \max(EA)$), supondo que a escala de limpeza/sujeira tenha no máximo a ausência de sujeira e qualquer grau abaixo disso já possa ser considerado do lado do positivamente sujo.

- (11) a. $[[A_{\min}]] = \lambda d_{\langle d \rangle} \cdot \lambda x_{\langle e \rangle} \cdot [ESCALA_{\text{Adjetivo}}(x)(d) \ \& \ d \geq \min(EA)]$
 b. $[[A_{\max}]] = \lambda d_{\langle d \rangle} \cdot \lambda x_{\langle e \rangle} \cdot [ESCALA_{\text{Adjetivo}}(x)(d) \ \& \ d = \max(EA)]$

Como comparação, segue a entrada lexical de Rotstein e Winter (2004, p. 274) em (12). Note que a diferença entre as duas propostas está no peso lexical desse grau.

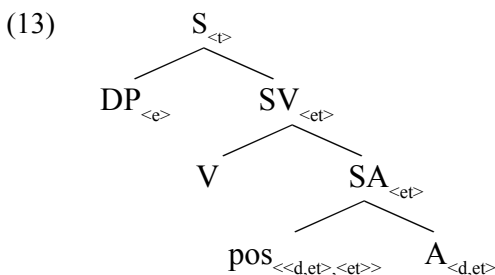
- (12) a. $[[\text{Abs}(\max/\min)]] = \{x \in E_A : x \geq d_{EA}\}$
 “x pertence à escala do adjetivo tal que x é maior ou igual ao grau padrão na escala do adjetivo.”

Em Kennedy e McNally (2005a), temos uma função total, “x tem o grau máximo na escala de A”, no caso dos absolutos de grau máximo. Já em Rotstein e Winter (2004), vemos uma função parcial “x tem pelo menos um grau na escala de A”.

Ainda assim, as denotações em (11) também requerem um operador que pega uma função $\langle det \rangle$, converte-a em $\langle et \rangle$ (um predicado de indivíduos), e satura o argumento de grau (o operador *pos* que vimos em (8b)). Kennedy (2007) reconhece o problema, já que, em tese, vemos em (11) os componentes lexicais necessários para derivar as condições de verdade de sentenças como (10). Ele defende que essa assunção é necessária para manter o paralelo com os adjetivos relativos, no sentido que todos os adjetivos graduais são funções de medida e que podem ser argumentos de modificadores comparativos. No final das contas, não há problema composicional aparente na aplicação de *pos*, mas, acreditamos, seria necessário que ele denotasse, pelo menos, uma função de identidade

e que ligasse existencialmente o argumento de grau. E isso significaria que o operador tem dois significados. Afinal, ele não precisaria mais ser um tipo de relação entre o grau que o sujeito exibe da propriedade e o grau padrão.

Ilustrando mais tecnicamente a interpretação a partir dos tipos semânticos montagueanos, vemos que a derivação guiada pelos tipos ocorre como ilustrado abaixo. Como dissemos na nota 9, vamos assumir um modelo em que, além dos tipos básicos (<e> e <t>), temos na nossa ontologia, também, graus, de tipo <d>.



Feita essa rápida apresentação da semântica dos adjetivos graduais, passemos à discussão da semântica de *muito*.

2 O papel composicional de *muito*

2.1 O que denota um intensificador

Dentro do estudo da semântica dos modificadores graduais, há algumas propostas para a semântica dos advérbios graduadores. Numa abordagem que não assume graus na ontologia, Klein (1980) é o trabalho seminal. Em sua proposta, o papel do intensificador *very* ('muito') é alçar o padrão de comparação que o graduador requer, além de, semanticamente, ser uma função que pega a denotação do adjetivo e retorna o subconjunto dos indivíduos para os quais é verdadeiro que o predicado se aplica. Intuitivamente, se para ser alto o indivíduo precisa ter, por exemplo, pelo menos 1,75m, para ser muito alto, ele precisaria estar acima de 1,85m. Assim, o conjunto daqueles indivíduos que estão acima de 1,85m seria mais restrito do que aquele que inclui quem está abaixo disso (note que o conjunto dos muito altos seria menor do que o conjunto dos altos, já que o conjunto dos altos inclui também os muito

altos). Nessa perspectiva, a classe de comparação da forma positiva inclui indivíduos que são altos, que são baixos, e os que estão na lacuna extensional (os nem altos nem baixos). O subconjunto fica mais restrito porque *very* toma como classe de comparação apenas o conjunto dos (positivamente) altos. Como esse modelo não assume graus como indivíduos na ontologia (logo, escalas não são primitivos teóricos), os operadores de modificação gradual são concebidos como funções que operam sobre o domínio que os adjetivos denotam, não sobre a posição do padrão na escala.

Na abordagem que estamos assumindo aqui, que assume graus na ontologia, *very* é uma relação de superioridade entre dois graus, um referencial e um padrão alçado, e se aplica a um predicado com uma classe de comparação mais restrita (von STECHOW, 1984; KENNEDY; McNALLY, 2005a; McNABB, 2012). Não vamos aprofundar essa discussão aqui;¹³ assim, por ser a abordagem mais influente, continuaremos a assumir a proposta gradual. Contudo, utilizaremos a noção de classe de comparação da abordagem de delineação de Klein (1980). Relembrando, como dissemos na seção anterior, a diferença entre os polos dos adjetivos graduais é a perspectiva na escala (ascendente ou descendente). Assim, *alto* é o conjunto dos indivíduos que exibem a propriedade *altura*, ordenados do menor para o maior. O conjunto daqueles que são altos no contexto será dado pela classe de comparação, que é um subconjunto segmentado a partir do que se considera como positivamente alto na situação. Note, então, que a classe de comparação de *muito alto* será mais restrita, pois promoverá outro corte no domínio, dando-nos uma classe de comparação que envolve apenas aqueles que são positivamente altos. Exemplificando, com um domínio que envolve os seguintes indivíduos: $D_e = \{a, b, c, d, e\}$.

¹³ McNabb (2012) é um trabalho que busca teoricamente e experimentalmente discutir e testar o alcance e as limitações das duas abordagens no tratamento de intensificadores no inglês, no hebreu e no árabe. Sua conclusão favorece a abordagem gradual. Contudo, os experimentos de Panseri, Foppolo e Guasti (2013) sobre a interpretação de adjetivos com crianças e adultos parece favorecer a abordagem sem graus de Klein, embora não discutam o tema da modificação dos adjetivos.

Classe de comparação de <i>alto</i> :	Positivamente altos {a, b, c} Positivamente baixos {e} Lacuna {d}
Classe de comparação de <i>muito alto</i> :	Altos {a, b, c} Muito altos {b} Lacuna {Ø}

Para Kennedy e McNally (2005b), partindo de von Stechow (1984), o papel de *very* parece ser o mesmo de *pos*, uma relação parcial entre o grau referencial e o grau padrão. A diferença é que *x is very A* requer um padrão mais alto e uma classe de comparação mais restrita do que o *x is A*, o que explicaria a diferença entre eles. Como dissemos anteriormente, uma classe mais restrita significa que o predicado *very A* tem como domínio de aplicação aqueles indivíduos para quem é verdade que eles são *A* no contexto. Vejamos a entrada lexical oferecida por Kennedy e McNally (2005a, p. 370), para uma discussão mais detalhada:

$$(14) [[\mathbf{very}]] = \lambda G_{\langle \text{de} \rangle} . \lambda x_{\langle \text{e} \rangle} . \exists d[\text{STD}(d)(G)(\lambda y. [[\text{pos}(G)(y)]]) \& G(d)(x)]$$

Há dois aspectos importantes nessa proposta: a) modificadores graduais denotam uma relação entre dois graus (KENNEDY, 1997), um referencial (o dado pela oração) e um padrão (advindo do contexto); *very* é a relação STD aqui, que pode ser entendida como uma relação parcial entre graus, isto é, “maior ou igual a”; e b) *very* traz, em sua entrada lexical, que o padrão é um grau da propriedade *G*, considerando uma classe de indivíduos que são positivamente *G* e garantindo que o domínio de aplicação seja mais restrito. Essa entrada lexical se aplica sem problemas a adjetivos relativos (cf. (21)). O problema é que os autores defendem que ela estaria restrita a essa classe de adjetivos. Para Kennedy e McNally (2005a, p. 370), *very* modificando adjetivos absolutos, gera anomalias, como nos casos a seguir:¹⁴

- (15) a. ??I always leave the door to my office very open.
Eu sempre deixo a porta do meu escritório muito aberta.
- b. ??That drug is currently very available.
#Aquele remédio no momento está muito disponível.

¹⁴ Note que os julgamentos em relação às sentenças equivalentes em português são distintos.

Estudos posteriores, Demonte (2011) e McNabb (2012), mostram que *very* modifica adjetivos absolutos de grau mínimo (cf. (16)), contrariamente ao que Kennedy e McNally (2005a) afirmam nos exemplos em (15b). Para estes, a anomalia se explica porque o papel de alçar o padrão de *very* seria vácuo, uma vez que o padrão dos absolutos já estaria no grau máximo da escala. Mas note que há um contraste. *Very* produz anomalia com alguns adjetivos absolutos de grau máximo, mas não com absolutos de grau mínimo, como *bent* (torto).

- (16) The nail is very bent. (McNAAB, 2012)
 “*O prego está muito torto.*”

Kennedy e McNally (2005a) admitiam que *very* poderia modificar absolutos de grau máximo, mas em casos como (17) o adjetivo estaria sendo coagido a uma interpretação relativa; e, ainda, certos adjetivos poderiam transitar entre uma interpretação relativa e uma absoluta, como *full*, por exemplo. Doetjes (2008) defende a mesma hipótese. Ou seja, ou o adjetivo é polissêmico ou sofreu coerção.

- (17) a. The restaurant is very full tonight.
 “*O restaurante está muito cheio hoje à noite.*”
 b. #The door is very closed.
 “*A porta está muito fechada.*”

McNabb (2012) segue na mesma linha. Ele propõe uma semântica para *very*, como vemos em (18), na modificação de uma sentença como (18a). Mas, nesse caso, *LARGE*, que opera sobre a denotação do adjetivo, estabelece que a diferença entre os graus comparados é grande. Assim, um objeto *very bent* seria um objeto que apresenta um alto grau na escala de curvatura, isto é, um grau de curvatura que excede o grau mínimo de curvatura em um intervalo grande. A diferença em relação ao adjetivo no uso positivo é que a relação *pos* não especifica essa diferença, pois a relação é de “pelo menos”, e *X é A* pode ser verdadeira mesmo que *x* tenha um grau na escala de *A* que seja igual ao padrão no contexto.

- (18) a. The nail is very bent.
 b. $[[\text{very bent}]] = \lambda_{x_{\langle e \rangle}}. \text{BENT}(x) \geq \text{LARGE}(\text{BENT}) > \text{dmin}_{\text{stand}(\text{bent})(c)}$

Note que nada impede, nessas propostas, que *very* modifique adjetivos de grau máximo. Não há restrição sintática ou composicional tanto em Kennedy e McNally (2005a), quanto em McNabb (2012). A gramática do inglês geraria combinações *very + A*, seja ele relativo ou absoluto, e o que impediria que os falantes fizessem combinações do tipo *very + A abs-max* seriam fatores contextuais e lexicais. Afinal, se o contexto permitir, por exemplo, no caso de (17a), a sentença pode ser interpretada. E isso tem a ver com as expectativas que temos, no caso desse exemplo, em relação à ocupação do restaurante. Além disso, acreditamos, partindo da caracterização dos graduadores proposta por Kennedy (1997) como denotando alguma relação entre um grau referencial e um grau padrão, que não precisamos assumir que exista um modificador como *LARGE* na forma lógica. A relação parcial “ \geq ” nos parece suficiente, pois o que conta como “muito” não deixa de ser uma avaliação subjetiva do falante. Ou seja, o intervalo entre o grau padrão de *muito A* e o grau referencial não precisa ser grande. Concretamente, se o padrão de muito alto é 1,85m e se o indivíduo *a* tiver 1,86m, *a é muito alto* será uma sentença verdadeira nesse contexto. Além disso, há mais uma questão que precisaria ser esclarecida em relação à denotação proposta em (14). Assumindo que ela pudesse se aplicar aos adjetivos absolutos, precisaríamos explicar como o padrão correto é computado. No caso dos relativos o padrão advém de uma classe de comparação formada por outros indivíduos. Essa caracterização não se aplica aos absolutos, como veremos na próxima seção, já que para se decidir o valor de verdade de uma sentença da forma *x é A-abs* não olhamos para um padrão contextual ou para uma classe de comparação formada por outros indivíduos, mas apenas para o grau que o indivíduo exibe da propriedade que lhe é atribuída.

Feita essa breve revisão das propostas para uma semântica de intensificadores similares, vejamos o que já foi dito sobre *muito* na combinação com adjetivos em português.

2.2 A semântica de *muito*

Como dissemos, nosso foco é a modificação de *muito* sobre adjetivos graduais. Uma apresentação mais detalhada sobre todos os usos de *muito* em português pode ser encontrada em Guimarães (2007), juntamente com uma discussão sobre a complexidade de se oferecer

uma semântica mínima que dê conta dos usos que a expressão apresenta. Guimarães, embora faça uma discussão das opções teóricas de análise, não oferece claramente uma formalização para o *muito* como advérbio adjetival, nem nos oferece uma paráfrase como hipótese. Ele afirma vagamente (GUIMARÃES, 2007, p. 97) que “o quantificador denota o grau em que se dá a predicação denotada pelo adjetivo sobre a entidade da qual se está predicando”. O que nos leva a supor que ele estaria entendendo *muito* como o nome de um grau ou intervalo na escala.

Quadros Gomes (2011, 2012, e em outros estudos) discute o papel semântico de modificadores graduais, considerando a divisão da classe dos adjetivos graduais em relativos e absolutos. Apesar de não propor formalmente uma denotação para o advérbio, a autora sugere que sua essência é que o resultado da modificação por *muito* sempre gera um predicado de escala aberta. Com isso, entendemos duas coisas: a) que o parâmetro de *muito* é sempre relativo, isto é, o que conta como *muito A* é contextual, independentemente da estrutura da escala do adjetivo; e b) que *muito A* é um predicado vago. Além disso, a autora parece assumir, não explicitamente, que *muito* transforma adjetivos absolutos em adjetivos relativos, dada a característica de aparente manipulação de onde o grau máximo poderia se situar na escala que o adjetivo denota.

Vejam os casos que a autora discute com mais detalhes (QUADROS GOMES, 2011, 2012). Assumindo que o par *satisfeito/insatisfeito* denota uma escala cujo polo positivo tem como padrão um grau máximo, para que (19a) seja verdadeira, o cliente não pode ter nenhum grau de insatisfação (desconsiderando-se a imprecisão). Note que isso quer dizer que o cliente está já no final da escala, no grau máximo. Por outro lado, um cliente insatisfeito é alguém com qualquer grau mínimo de insatisfação. Como explicamos, então, (19b)? Como alçar o padrão se o padrão do adjetivo não modificado já é o máximo na escala? Pela proposta de Kennedy e McNally (2005a), (19b) deveria ser anômala ou ter uma interpretação relativa, via coerção.

- (19) a. O cliente está satisfeito.
- b. O cliente está muito satisfeito.

Para Quadros Gomes (2012), (19b) é semanticamente bem formada, porque manipulamos o grau máximo. Suponha que, no contexto, um cliente contaria como satisfeito se estivesse com 80% na

escala de satisfação. Assim, alguém muito satisfeito seria um cliente com satisfação de 90% ou acima disso. Note que essa caracterização tem um problema: o ouvinte precisa saber antecipadamente que o falante mudou o padrão. A nossa intuição em relação a essa explicação da autora para a gramaticalidade de (19b) é de que estamos encurtando a escala, e não criando espaço para o efeito de alçamento de *muito*.

Retomemos, agora, os nossos casos exemplares, apresentados na introdução em (2) e repetidos, por conveniência, em (20):

- (20) a. O João é muito alto. [adjetivo com padrão relativo]
 b. A toalha está muito suja. [adjetivo com padrão mínimo]
 c. A toalha está muito limpa. [adjetivo com padrão máximo]

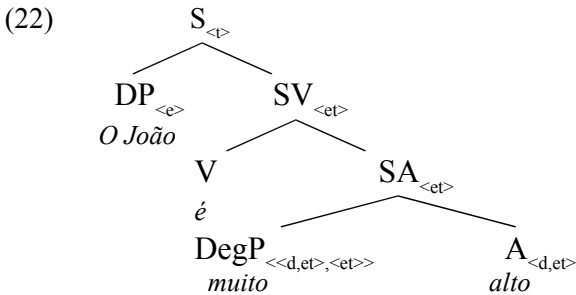
Como dissemos na introdução, uma das questões que nos levou a esse estudo foi a sensação de que esses casos não tinham, ainda, sido discutidos com a profundidade que mereciam. Sugerimos que a paráfrase que melhor caracteriza o significado de (20a) é (20a'), partindo das propostas da literatura.

- (20a') [[O João é muito alto]] = 1 sse “a altura de João excede o padrão alçado de altura no contexto de proferimento da sentença, considerando aqueles indivíduos que são altos”.

Veja que, detalhes formais de composição à parte, a denotação proposta por Kennedy e McNally (2005a) se aplicaria sem problemas a esse caso, como ilustramos a seguir:

- (21) [[O João é muito alto]] = 1 sse $\exists d[\text{STD}(d)(\text{ALTURA}_{\text{alto}})(\lambda y. [[\text{pos}(\text{ALTURA}_{\text{alto}})(y)])] \& \text{ALTURA}_{\text{alto}}(d)(j)]$
Em prosa: “existe um grau padrão na escala de altura (considerando aqueles indivíduos que são positivamente altos) e João apresenta pelo menos esse grau”.

Para que essa derivação funcione, *muito* deverá estar na mesma posição estrutural que *pos* (lembrando que o verbo de ligação é vácuo, por simplicidade).



Essa denotação se aplicaria aos casos dos adjetivos absolutos? Vejamos, primeiramente, o caso (20b). Dissemos anteriormente que uma paráfrase como a vista para (20a) também funciona intuitivamente para esse exemplo, mas note o problema: como lidar com o componente da entrada lexical que traz outros indivíduos como padrão de comparação implícito?

(20b') [[A toalha está muito suja]] = 1 sse “o grau de sujeira que a toalha exhibe excede o padrão alçado de sujeira naquele contexto”

Antes de olharmos para casos como (20c), vejamos os exemplos em (23). Acreditamos que, em português, *muito* + *Abs-max* gera anomalia em alguns casos. Mas note que a anomalia surge com situações em que já temos algum tipo de expectativa criada pelo indivíduo que é sujeito da predicação ou pelo contexto dado.

- (23) a. #O copo está muito cheio. [copo de chope tradicional]
 b. #A sala 5 está muito cheia. [sala com uns 5 lugares vagos]
 c. #Essa loja está muito fechada. [a loja já encerrou o expediente]

Nossa expectativa em relação ao preenchimento de copos de chope nos faz esperar que ele esteja completamente preenchido pelo líquido; portanto, (23a) é semanticamente anômala. O mesmo pode ser dito sobre (23b); supondo que não tenhamos nenhuma expectativa de baixa ocupação da sala, declarar isso a respeito de uma sala com, digamos, 30 lugares, também nos soa incongruente. Por fim, (23c) também é anômala, em função de características do sujeito. Uma loja não pode estar mais ou menos aberta ou fechada, ao passo que uma janela ou uma porta podem estar (*cf. A janela/porta está muito aberta*).

Nosso argumento reside num ponto que outros autores já fizeram (McNALLY, 2011; TOLEDO; SASSOON, 2011) e que acreditamos ser crucial na compreensão desses casos: a expectativa sobre a posição do grau máximo na escala varia de acordo com o objeto sujeito do predicado.

Formalmente, capturando a intuição que expressamos em relação às condições de verdade de uma sentença como (20a), gostaríamos que uma semântica adequada para *muito* representasse o traço comum que o advérbio tem em todos os seus usos, que é expressar um tipo de comparação implícita entre graus, um referencial e um padrão. Assumamos, então, que o grau referencial é o dado pela oração, na terminologia de Kennedy (1997), e que o grau padrão pode ser contextual, no caso dos adjetivos relativos, ou lexical, no caso dos absolutos.

Contrariamente ao que propõe McNabb (2012), (cf. (15)), podemos conceber o efeito de alçamento do padrão como um efeito pragmático, como a literatura vinha fazendo: o domínio em que se aplica o predicado é o conjunto dos indivíduos para quem é verdadeiro que eles são *A* no contexto; o padrão para ser *muito A* é maior do que o padrão para ser *A*. Além disso, há o aspecto subjetivo, pois o que conta como “muito” é um julgamento do falante, podendo gerar desacordos (como os predicados de gosto pessoal).¹⁵ Assumamos que é isso que explica a sensação de que *muito* sempre gera um predicado com valor de verdade relativo, isto é, o que conta como “muito” é um julgamento do falante.

Desta forma, uma semântica mínima para *muito* na modificação adjetival pode ser definida como em (24), ignorando por ora um componente da paráfrase: *considerando os indivíduos que são A* .

$$(24) \llbracket [x \text{ é } \textbf{muito } A] \rrbracket = 1 \text{ sse } \exists d[A(x,d) \ \& \ d \geq d'_{PA(EA)}]$$

Onde: $PA(EA)$ = padrão alçado na escala do adjetivo

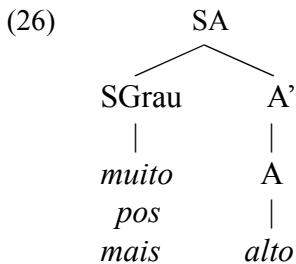
Em (25), vemos o que o predicado *muito* denota. Sendo mais específico agora, vamos assumir que o domínio de aplicação desse predicado é mais restrito, e isso pode ser implementado formalmente por meio de um pressuposto, e não como parte do conteúdo lexical visto na denotação oferecida por Kennedy e McNally (2005a) em (14).

¹⁵ Discutir a subjetividade do julgamento do que conta como “muito” nos tiraria do foco do artigo. Essa questão ficará para outro momento.

$$(25) \text{ [[muito]]}^C = \lambda G_{\langle \text{det} \rangle} \cdot \lambda x_{\langle e \rangle} : x \in \{x: x \text{ é (pos) } G \text{ em } C\}. \exists d[G(x,d) \& d \geq d'_{\text{Padrão(EA)(C)}}]$$

Note que há um superescrito na função de interpretação. Isso representa que a interpretação dessa expressão é relativa a um contexto. Podemos entender o contexto como envolvendo conjuntos de indivíduos (o nosso domínio de discurso: D_e) e as classes de comparação para os conjuntos dos quais fazem parte esses indivíduos, organizados em função dos padrões negociados/assumidos na situação, como exemplificamos na seção 1.

No plano sintático, podemos assumir, então, que, dentro da projeção máxima do adjetivo, *pos*, *muito*, *mais*, etc. ocupam a posição de especificador do sintagma adjetival. Claro, note que a caracterização tradicional de modificadores como *muito* ou *mais* é como advérbio, portanto deveriam ocupar posições não argumentais, isto é, fora da projeção máxima do núcleo adjetival. Contudo, se o grau é concebido como um argumento semântico do adjetivo, podemos assumir, também, que os modificadores dessa classe de adjetivo tenham uma realização sintática ocupando uma posição argumental.¹⁶ Por brevidade, representamos apenas o SA abaixo em (26):



Retornando à caracterização semântica, como Klein (1980) nota, a modificação pelo intensificador acarreta a forma positiva. Assim, de

¹⁶ Essa é uma área praticamente inexplorada em português brasileiro. Neeleman, de Koot e Doetjes (2004) propõem duas classes de modificadores graduais: especificadores e adjuntos. Martinho (2007) discute algumas opções para a sintaxe adjetival e sugere que o sintagma de grau seja uma projeção funcional do adjetivo, como propõe Kennedy (1997), entre outros lá citados; mas ambos consideram, principalmente, as orações comparativas.

(27a), inferimos que *O João é alto*. Mas será que essa inferência é mesmo um acarretamento? Na proposta que fizemos em (25), o predicado traz como pressuposto que o indivíduo a que o predicado se aplica pertence ao conjunto dos indivíduos que são positivamente altos no contexto. Evidências nesse sentido são as inferências que vemos em (27a-c):

- (27) a. O João não é muito alto. → O João é alto.
 b. O João é muito alto? → O João é alto.
 c. O João não é muito alto, mas é alto.

Mesmo negando que o sujeito seja muito alto, podemos inferir que ele seja alto. Isso não poderia acontecer, afinal, pela denotação de Kennedy e McNally (2005a), pois o pertencimento do indivíduo à classe dos indivíduos que são positivamente As no contexto faz parte do conteúdo proposicional e, portanto, deveria estar sob o escopo da negação. Note que a interrogativa continua pressupondo que o indivíduo seja alto. A questão soa pragmaticamente infeliz se o falante não estiver pressupondo que o sujeito seja alto. (27c) deveria ser anômala se o conteúdo negado incluísse o domínio dos indivíduos que são positivamente altos.

Nossa contribuição, assim, é assumir que esse conteúdo, o fato do indivíduo ao qual o predicado *muito A-relativo* se aplica pertencer ao conjunto dos positivamente As no contexto, é um pressuposto,¹⁷ e não parte do conteúdo proposicional, como proposto por Kennedy e McNally (2005a) ou von Stechow (1984).

Se o efeito de alçamento do padrão é contextual, o que *muito* faz semanticamente é relacionar comparativamente dois graus, o referencial e o padrão. Isso quer dizer que o advérbio não mexe na escala, esse ajuste do padrão é um requisito contextual (o que entendemos ser um pressuposto)

¹⁷ Talvez não seja um pressuposto tradicional. Nem todos os falantes que consultei concordam com a nossa intuição a esse respeito. Por exemplo, no diálogo abaixo, a resposta de B deveria ser incongruente, mas conforme aponta um dos pareceristas não é. Se o diálogo é perfeito, parece-nos que se deve ao caráter subjetivo de *muito*, o que nos leva a crer que o diálogo é um exemplo de desacordo, não uma evidência de que o falante A não estaria tomando como pressuposto que o João pertence ao conjunto dos altos.

A: O João é muito alto.

B: Não, o João na verdade é baixo.

e a vagueza resulta do aspecto subjetivo: *muito* gera desacordos e também casos limítrofes. Mas note que em relação à comparação com *mais* ou *menos*, que são relações totais ($>$ e $<$), *muito* estabelece uma relação parcial (\geq). Será que seria assim também com *muito* + *absolutos*? Vejamos agora, então, o caso dos absolutos com padrão máximo.

2.3 *muito* + *absolutos*

A questão que nos interessa nesta seção é entender se a semântica mínima proposta para *muito* na seção anterior é capaz de dar conta da interpretação e das anomalias que vemos na combinação de *muito* com outra subclasse de adjetivos graduais, os absolutos. A questão de pano de fundo é se a interpretação (ou as condições de verdade) da combinação *muito* + *adjetivo absoluto* é a mesma da combinação *muito* + *adjetivo relativo*.

Primeiramente, vamos relembrar alguns fatos. Como a literatura mostra, *muito* é insensível à distinção relativo/absoluto, e a combinação sempre parece resultar em um predicado cujo padrão é relativo (QUADROS GOMES, 2011, 2012). Nesse aspecto, embora Quadros Gomes compare *very* com *muito*, partindo de Kennedy e McNally (2005a), a literatura já mostrou, como dissemos, que *very* também é insensível às escalas dos adjetivos (McNABB, 2012). Mas isso não quer dizer que as interpretações sejam as mesmas. Vejamos os exemplos em (28) e (29):

- (28) a. O chão está muito sujo.
b. A toalha está muito molhada.

- (29) a. O chão está muito limpo.
b. A toalha está muito seca.

Primeiramente, devemos nos perguntar se em (28a) e (28b) temos o efeito de alçamento do padrão com os adjetivos absolutos de grau mínimo. A resposta é afirmativa. Nossa intuição é que um chão descrito como sujo está em uma posição diferente na escala de sujeira de um chão descrito como muito sujo. Da mesma forma, uma toalha muito molhada é uma toalha com alto grau de umidade. Mas esse alçamento precisa ser significativamente maior? Não necessariamente. Parece-nos que basta que o grau referencial seja maior ou igual ao padrão mínimo, mesmo que levemente alçado. E isso é previsto pela semântica que oferecemos.

Já com (29) temos um problema, pelo menos para a semântica dos adjetivos absolutos de grau máximo tal como proposta por Kennedy e McNally (2005a). Se o sujeito já tem o grau máximo na escala, como alçar o padrão? E por que não sentimos que a modificação é anômala ou sofreu alguma coerção? Ao mesmo tempo, como explicamos os casos em que temos de fato anomalia (cf. (22))? Lembrando, para alguns autores (McNALLY, 2011; TOLEDO; SASSOON, 2011; McNABB, 2012) o sujeito (e suas propriedades¹⁸) determina a posição do grau máximo na escala, e esse máximo não depende, apenas, das propriedades físicas do objeto. Não é apenas uma imprecisão (cf. (30)).

- (30) a. O copo de suco está cheio.
- b. A taça de vinho está cheia.
- c. A sala 5 está cheia.

Se olharmos com cuidado os exemplos em (30), veremos que a posição do grau máximo na escala de alguns adjetivos absolutos não precisa ser necessariamente no final da escala. Ou melhor, no caso de um adjetivo como *cheio*, o máximo da escala não precisa ser o preenchimento total do objeto, o que deixaria espaço para alçamento do padrão. Era essa a intuição de Quadros Gomes (2011, 2012), nos parece: algumas escalas permitem alçamento do padrão se há espaço para rebaixamento do padrão máximo. Mas a história não é exatamente essa. (30a) será julgada verdadeira mesmo que o copo não esteja totalmente cheio. Já uma taça de vinho (cf. (30b)) poderia ser considerada cheia se a taça estivesse com vinho até a metade da sua capacidade. (30c) também seria julgada verdadeira mesmo que ainda restassem alguns poucos lugares vagos. Se é assim, esperaríamos que o efeito de alçamento só surgisse com absolutos de grau máximo que tenham espaço na escala para que isso ocorra. Mas será sempre assim? Isso explicaria (23)?

Note que *vazio* é algo parecido. (30a) é anômala se o referente sujeito for um copo completamente vazio. Mas, (30b) é perfeita se a sala for uma sala de cinema com 50 lugares dos quais apenas 5 estiverem ocupados.

¹⁸ Que propriedades seriam essas é uma pergunta complicada. Acreditamos que, nesse caso, nosso conhecimento enciclopédico seja a resposta, como a discussão dos exemplos em (29) ilustra.

- (30) a. #O copo está muito vazio.
 b. A sala 5 está muito vazia.

Voltemos, por um momento, aos exemplos em (29). Quais são as condições de verdade dessas sentenças? A paráfrase que viemos oferecendo deveria se aplicar a esses casos também. Vejamo-las:

- (29a') [[O chão está muito limpo]] = 1 sse “o grau de limpeza do chão excede o grau máximo na escala de limpeza, considerando aqueles indivíduos que estão limpos”.
- (29b') [[A toalha está muito seca]] = 1 sse “o grau de umidade da toalha excede o grau máximo¹⁹ na escala de umidade, considerando aqueles indivíduos que estão secos”.

Há um problema com essas paráfrases. Como vimos, para decidir o valor de verdade de uma sentença da forma x é *Adj-Abs* não precisamos olhar para o contexto, mas apenas para o indivíduo sujeito da predicação. Deveríamos esperar que o julgamento do valor de verdade de uma sentença como (29a) fosse algo similar, e, portanto, deveríamos comparar a limpeza do chão com ele mesmo. O mesmo pode ser dito de (29b): a sentença é verdadeira se o grau de umidade (no caso nenhuma umidade) que a toalha apresenta excede o que esperávamos que ela apresentasse.

Toledo e Sassoon (2011) oferecem uma proposta que embasa essa nossa intuição. Para os autores, adjetivos absolutos têm uma classe de comparação intensional, ao passo que adjetivos relativos têm classe de comparação extensional. No caso dos relativos, a visão tradicional (pelo menos desde KLEIN, 1980) é a de que a classe de comparação (CC) é constituída por um conjunto de indivíduos salientes no contexto, ordenados em função da posição em que se encontram na escala do predicado. A classe de comparação pode vir explicitamente na sentença por meio de adjuntos, como vemos em (31). Mas, note que, nesse caso, o sintagma afeta a interpretação do adjetivo, inserindo um padrão funcional (cf. SOLT, 2011). De *O João é muito alto*, inferimos que *O João é alto*, mas essa inferência, aparentemente, não é lícita se houver um sintagma

¹⁹ Digamos que na escala de umidade o grau mínimo é qualquer grau de umidade e o máximo é a ausência total de umidade.

adjunto do adjetivo que denote uma classe de comparação na sentença. Nesse caso, João poderia ser considerado baixo se mudássemos a classe de comparação.

(31) O João é muito alto (para uma criança de 10 anos).

CC: $\{x: x \text{ é uma criança de 10 anos}\} = \{\dots, \text{João, Alex, Ricardo, Bruno}\}$

(31') O João é muito alto para uma criança de 10 anos, mas ainda é o mais baixo da família.

Podemos ter classes de comparação intensionais também para adjetivos relativos, mudando o verbo de ligação de *ser* para *estar*, como vemos em (32). Agora, ao invés de compararmos a altura de João com a altura de outras crianças de 10 anos, como fazemos em (31), estamos comparando a altura do sujeito com a sua própria altura em outros mundos. Esses mundos podem ser mundos diferentes do nosso, em função das expectativas do falante,²⁰ ou diferentes instâncias temporais do indivíduo.

(32) O João está muito alto (para uma criança de 10 anos).

CC: $\{a \text{ altura de João em } w1, a \text{ altura de João em } w2, \dots\}$

Para Toledo e Sassoon (2011), a classe de comparação dos absolutos, obrigatoriamente, deve ser intensional. Contudo, acreditamos que, embora esse pareça ser o caso típico, nada impede que absolutos tenham, também, uma classe de comparação extensional. Se assim for, a hipótese deles faz previsões incorretas em relação ao português. Para esses autores, uma classe de comparação intensional compreende diferentes instâncias do mesmo indivíduo sobre diferentes índices (tempo ou mundo). Vejamos o caso em (33), comparando os usos de *ser* e *estar*.

²⁰ Não vamos nos aprofundar nesse tema aqui. Cremos ser razoável supor que a base modal envolvida poderá ser circunstancial. E, como veremos adiante, em alguns casos podemos ter uma base bulética.

(33) O banheiro *é/está* muito sujo para um banheiro de aeroporto.

*CC intensional: {o banheiro de aeroporto está d sujo em w_p , ...
o banheiro de aeroporto está d sujo em w_n }*

CC extensional: {o banheiro do aeroporto 1, o banheiro do aeroporto 2, ...}

Com o verbo *ser*, o banheiro referenciado é comparado com outros banheiros de aeroporto; e sem a classe de comparação explícita, a sentença continua gramatical. Se a classe de comparação extensional fosse exclusiva de relativos, esperaríamos que a sentença *O banheiro é muito sujo* fosse anômala.

Com o verbo *estar*, fica mais claro que, além de a sujeira ser algo transitório, o falante compara o banheiro com outras instâncias dele, seja outros momentos no tempo ou noutros mundos (mundos esses que acreditamos ser os mundos em que as expectativas do falante sobre a limpeza de banheiros de aeroportos são satisfeitas).

Apesar disso, há algumas restrições em relação à classe de comparação. Segundo alguns autores (TOLEDO; SASSOON, 2011; McNALLY, 2011), a classe de comparação explícita tem de ser sempre intensional, e não extensional; por isso a anomalia em (34a) ou (35).

(34) a. #Esse chão é (muito) limpo/sujo para um chão.

b. O chão deste aeroporto *está/é* muito sujo para um chão de aeroporto.

c. O chão deste aeroporto *está/é* muito limpo para um chão de aeroporto.

(35) ??This glass is full for a wine glass. (McNALLY, 2011)

(34a) é anômala porque não podemos comparar o indivíduo sujeito com outros indivíduos da mesma classe, segundo McNally (2011) – em (35), temos o exemplo dela. Mas, como dissemos anteriormente, (34b) e (34c) são bem formadas, o que nos mostra que podemos ter, também, classes de comparação extensionais com adjetivos absolutos em português – provavelmente porque *um chão de aeroporto* é uma classe de indivíduos mais restrita do que *chão*. Resta a dúvida se, nesse caso, não estaríamos coagindo o adjetivo a uma interpretação relativa. Essa

questão precisará ser explorada mais detidamente em outro momento. Por ora, gostaríamos de dizer que não.

Ainda argumentando a favor de uma classe de comparação diferente para os absolutos, Toledo e Sassoon (2011) sugerem que isso está ligado ao fato de os absolutos, em geral, denotarem propriedades transitórias, o que evidenciaria que as classes de comparação desses adjetivos envolvem contrapartes do mesmo objeto, e não outros objetos da mesma classe.

Vamos sugerir, então, que, para todos os efeitos, em português, o verbo *ser* requereria uma classe de comparação extensional, o *estar*, uma intensional, e que elas são compatíveis tanto com adjetivos relativos quanto com absolutos. Ou seja, a hipótese deveria prever que *ser* com adjetivos absolutos deveria ser anômala: *#o copo é muito cheio*. Esse nos parece ser o caso.

Mas afinal, seria possível interpretar a intensificação de um absoluto de grau máximo em uma situação em que o objeto já tem o grau máximo na escala do adjetivo? Imagine que o copo referido em (36) é um copo de suco “cheio até a boca”. A nossa hipótese para lidar com esse caso é a de que o padrão é criado intensionalmente, selecionando aqueles mundos em que as expectativas do falante são preenchidas. O falante usará (36) para descrever o copo porque o grau que o copo apresenta na escala de preenchimento excede as expectativas que ele tinha sobre o preenchimento de copos de suco. Assim, a paráfrase de (36a) seria a que vemos em (36b):

(36) a. O copo está muito cheio.

b. $[[(\mathbf{36a})]] = 1$ sse “o grau d em que o copo está cheio é pelo menos um grau d (na escala de preenchimento do copo) em $w@ \geq$ o grau d' em que o copo está cheio (na escala de preenchimento do copo) e $d' = \max$ em $w1$ ”.

(base modal: mundos em que as expectativas/desejos do falante são satisfeitas em relação ao preenchimento do copo.)

Onde: $w@$ = mundo atual e $w1$ mundos possíveis acessíveis de $w@$.

Muito continua sendo a relação de “pelo menos” entre dois graus, mas o grau referencial está no mundo atual, e o grau padrão está em outro mundo possível. Note que o grau referencial (o grau que o indivíduo exhibe

no mundo atual) não precisa ser o grau máximo na escala, mas poderia ser. Tudo que precisamos é que esse grau exceda o grau que o indivíduo exibe em outros mundos; ou seja, que ele exceda o grau que o falante esperava que fosse o máximo. A intensionalização do adjetivo, podemos assumir, é fruto da classe de comparação ativada pelo uso de *estar*:

Mas como chegamos em (36b) a partir da denotação que propomos em (25)? Para responder isso, precisamos de algumas reformulações: a) *muito* deve buscar o padrão lexical (não precisa ir ao contexto); b) aparentemente, *estar* ativa uma classe de comparação intensional; por fim, c) *muito* não precisa trazer pressuposto algum. Em síntese, *muito* poderia ter outra entrada lexical, como vemos em (37):

$$(37) \text{ a. } [[\text{muito}_2]] = \lambda G_{\langle \text{det} \rangle} \cdot \lambda x_{\langle e \rangle} \exists d [G(x, d) \ \& \ d \geq d'_{\text{Padrão(EA)}}]$$

Combinando essa denotação com a do adjetivo de grau máximo, temos [primeira versão]:

$$(38) [[(36a)]] = 1 \text{ sse } \exists d [\text{PRENCHIMENTO}_{\text{cheio}}(c, d) \ \& \ d = \max_{(\text{EA em } w@)} \ \& \ d \geq d'_{(\text{EA em } w1)}]$$

A diferença, portanto, entre a aplicação de *muito* a um adjetivo relativo e a um adjetivo absoluto está em que: com os relativos, o grau padrão de comparação é fornecido por uma classe de comparação mais restrita, dada contextualmente a partir de uma classe de comparação formada por outros indivíduos. Já para os absolutos, o grau de comparação, a variável d' não ligada na fórmula, será buscada em uma classe de comparação contextual, no mundo atual ou não, dependendo de informações gramaticais (o verbo de ligação *ser* ou *estar*) ou das propriedades do próprio objeto (a posição na escala do grau do adjetivo apresentado pelo sujeito); e essas propriedades dependem de expectativas do falante.

Além disso, vamos supor que a função semântica dos verbos de ligação *ser/estar* seja, justamente, buscar uma classe de comparação. Ou seja, talvez eles sejam os responsáveis por ser uma função de graus a padrões em uma escala. Como *ser* é extensional, ele vai buscar o padrão a partir de uma classe de comparação que envolve outros indivíduos salientes no contexto. *Estar*, por requerer uma classe intensional, vai buscar um padrão para uma classe de comparação que envolve o mesmo indivíduo, selecionado a partir de uma base modal saliente no contexto.

Toledo e Sassoon (2011) não exploram os refinamentos da implementação formal dessa ideia, por estarem mais preocupados com o desenvolvimento da noção de que adjetivos graduais relativos e absolutos envolvem classes de comparação diferentes. Acreditamos, contudo, que essa é uma ideia promissora, a qual deixaremos para ser implementada formalmente em outro momento.

Por fim, o leitor pode estar se perguntando como podemos controlar as expectativas do falante. Toledo e Sassoon (2011, p. 11) assumem que a interpretação dos absolutos envolve, também, um mecanismo de gramaticalização: “[...] the type of standard that is usually selected for an adjective is encoded as a default convention for this adjective. The default is employed whenever this is possible.” Assim, é o grau convencionalizado como máximo dos adjetivos absolutos que regula as expectativas para determinados objetos. Isso quer dizer que entramos no reino do conhecimento enciclopédico/cultural/convencional, algo difícil de controlar formalmente, mas que não nos parece problemático, dada a variabilidade contextual da transição entre os polos no caso de adjetivos absolutos. No final das contas, o que parece ser contextual é lexical, dependente do conhecimento de mundo do falante. Além disso, é provável que possamos regular a posição do máximo na escala em função de diferentes bases modais também.

Claro, precisamos levar em conta que, em alguns casos, parece que absolutos de grau máximo podem ter usos relativos, como vemos no diálogo em (39). Nesse caso, o adjetivo *cheio* não parece ter seu significado tradicional absoluto. Logo, a explicação mais simples parece ser em termos de polissemia.

(39) A: – Vamos em outro bar, esse está muito cheio.

B: – Tem lugar pra sentar, não está completamente cheio.

A: – Mas está muito barulhento aqui.

Podemos concluir que o melhor caminho para caracterizar os adjetivos absolutos é assumir que eles são funções parciais. Outro aspecto que precisa ser discutido é o papel do grau natural dos absolutos, especialmente dos absolutos de grau máximo: até onde precisamos que seja parte do conteúdo lexical desses adjetivos? Kennedy e McNally (2005a) assumem isso para explicar os efeitos de incompatibilidade com modificadores como *completamente* e *totalmente*, que seriam capazes

de identificar esse grau máximo dos absolutos (cf. *completamente vazio/cheio* vs. *#completamente baixo/alto*). Além disso, lembremos que para verificar o valor de verdade de uma sentença da forma *x é alto*, precisamos considerar o que conta como alto para a classe de comparação fornecida pelo contexto; já com um adjetivo absoluto (de grau máximo ou mínimo), consideramos apenas as características do objeto e algum eventual padrão dado pelo contexto para aquele indivíduo (cf. *x está cheio/vazio*).

Mas e se o grau máximo como uma função total fosse concebido como um efeito pragmático? Digamos que a denotação do adjetivo de grau absoluto seja como a dos adjetivos absolutos de grau mínimo, uma função de medida que mapeia seu argumento de indivíduo em uma posição da escala descrita pela forma positiva. Isto é, *x está limpo* é verdadeira se e somente se *x* se encontra no espectro da escala que descrevemos como limpo.

Enquanto a posição dos relativos na escala é dependente de contexto, a dos absolutos não é. Esse nos parece ser o fato mais importante. Assim, vamos supor que essa característica possa ser entendida como uma implicatura escalar, que surge a menos que o contexto forneça indicações em contrário. Assim, *x está limpo* será interpretado como “*x está completamente limpo*”, a menos que o contexto negue isso. Antes de encerrar o artigo, vamos considerar rapidamente essa última questão.

2.4 O grau máximo seria um efeito pragmático?

Há um aspecto importante da semântica dos adjetivos absolutos de grau máximo que intriga boa parte da literatura. Aparentemente, podemos cancelar o entendimento de que o sujeito tem grau máximo. Observemos as sentenças em (40); nelas, negamos que o sujeito tenha o grau máximo na escala, e a sentença não é contraditória:

- (40) a. O copo está cheio, mas não está completamente cheio.
 b. O avião é seguro, mas não é 100% seguro.

Esse fato mostraria que Rotstein e Winter (2004) estariam certos, (contra KENNEDY; McNALLY, 2005a): ao invés de identificar um grau máximo, um adjetivo absoluto de grau máximo precisa ser uma função parcial, “*x* tem pelo menos o grau *d* no intervalo positivo/negativo da escala de *A*” e não “*x* tem o grau máximo no intervalo positivo/negativo na escala de *A*”.

Há outros argumentos contra a hipótese de que o grau máximo como função total seja lexical. Comparemos (41) com (42). Sem contexto algum, (42a) pode ser inferido de (41a); o mesmo se dá com (42b) e (41b). Como dissemos anteriormente, acreditamos que essa relação seja de pressuposição.

- | | |
|----------------------------------|--------------------------|
| (41) a. O arame é muito curvo. → | (42) a. O arame é curvo. |
| b. O arame é muito reto. → | b. O arame é reto. |

Imaginemos, então, o seguinte experimento hipotético. Em um primeiro momento, mostramos ao indivíduo um arame completamente reto e perguntamos a ele se (42b) descreve o objeto. A resposta esperada é: sim. Agora, perguntamos se (41b) descreveria o mesmo arame. A resposta esperada é: não ou não sei. O design do experimento deveria garantir que o falante não tem nenhuma expectativa funcional sobre o arame. Num segundo momento, deixamos claro que queremos um arame ligeiramente curvo (completamente reto não serve, nem um arame com muitas dobras). Ou seja, temos uma expectativa funcional agora. Em seguida, mostramos o mesmo arame e perguntamos ao ouvinte se (41b) descreve o arame que estamos lhe mostrando. Resposta esperada: sim.

Esse experimento fictício mostra que, sem expectativa alguma operando no contexto, *muito* + *Abs(max)* deve gerar anomalias em português e que fatores pragmáticos afetam a interpretação – particularmente a classe de comparação e alguma base modal. Além disso, esse pequeno experimento mostra que as expectativas são essenciais para interpretar a intensificação adjetival de adjetivos graduais absolutos. Poderíamos testar, também, se de fato os falantes do português tratariam como anômalas sentenças que apliquem adjetivos absolutos de grau máximo a objetos cuja convenção social de uso cria a expectativa de que eles apresentem o máximo na escala do adjetivo. Ou seja, isso nos mostraria que esse efeito é uma implicatura (provavelmente escalar) que poderia ser cancelada, em casos como (40), e não disparada por outros fatores contextuais, como expectativas.

McNabb (2012) fez experimentos com *very* + A. O experimento consistia no indivíduo selecionar a melhor descrição dentre as seguintes para o objeto que lhe era mostrado: *x is very A*, *x is A*, *x is not A*, *x is neither A, nor not A*. Os objetos estavam inseridos em três diferentes classes de comparação (numa era o segundo maior, noutra era o elemento do

meio, e na terceira era o segundo menor). A conclusão dos experimentos mostrou que o contexto (no caso, a classe de comparação em que está inserido) afeta a interpretação dos relativos e absolutos de grau mínimo, mas não afeta a interpretação dos absolutos de grau máximo. Mesmo quando o objeto apontado era o maior da classe, os falantes resistiam a descrevê-lo como *very A*. É importante frisar que não foi fornecida nenhuma informação funcional particular na tarefa. O experimento apenas apresentava o objeto dentro de uma série e perguntava se a frase poderia descrever o objeto escolhido.

Note que, embora não seja nitidamente visível, há uma similaridade importante com as implicaturas escalares.²¹ Um exemplo típico é a interpretação dos numerais cardinais. *O João tem dois filhos* receberia duas leituras: i) O João tem pelo menos dois filhos; ii) O João tem exatamente dois filhos. Para essa sentença, a segunda leitura seria uma inferência pragmática, uma implicatura conversacional generalizada escalar. Numa escala horniana típica, a declaração envolvendo a alternativa mais fraca implica, conversacionalmente, a negação da alternativa mais forte. Portanto, se a escala é $\langle todos, alguns \rangle$, e a expressão escolhida é *alguns N VP*, essa declaração implica que *não todos N VP*. Ou, com o exemplo do numeral, se a escala dos numerais é $\langle \dots, 4, 3, 2, 1, 0 \rangle$, a escolha de 2 implica a negação dos demais. Digamos, então, que a escala de um adjetivo como *cheio* possa ser $\langle muito cheio, cheio, vazio \rangle$. Frente a isso, a inferência produzida nos leva a supor que o significado de *cheio* seja “x apresenta o grau máximo na escala de preenchimento”, explicando o exemplo (40). Se nosso raciocínio estiver correto, a forma lógica em (38) poderia ser reformulada como em (38') [versão final]:

$$(38') \text{ [[(36a)]]} = 1 \text{ sse } \exists d [\text{PRENCHIMENTO}_{\text{cheio}}(c,d) \ \& \ d_{\text{em w@}} \geq d'_{(EA \text{ em w1})}]$$

Ou seja, de acordo com (38'), *o copo está muito cheio* será verdadeira se o grau que o copo exibe na escala de preenchimento no mundo atual excede o grau o que o copo exibe na escala de preenchimento em um mundo acessível pela base modal contextual (digamos que seja uma base bulética). Esse grau como o máximo na escala, excedendo aquilo que o falante esperava para o preenchimento do copo, portanto, será considerado uma inferência pragmática, que acreditamos ser uma implicatura conversacional escalar.

²¹ Baseio-me, aqui, em Pires de Oliveira e Basso (2014) e referências lá citadas.

Considerações Finais

Resumindo as conclusões deste estudo, defendemos que a contribuição composicional de *muito* na modificação de adjetivos graduais seja uma relação de superioridade entre um grau de referência e um grau padrão com classe de comparação mais restrita. Em segundo lugar, o efeito de alçamento do padrão é produto da classe de comparação, e logo, do contexto. Isso era o que Klein (1980) já afirmava em outra abordagem: a classe de comparação mais restrita faz com que o padrão de *x is very A* seja elevado em relação ao padrão de *x is A* . Assim, podemos deixar esse aspecto como um pressuposto. Por fim, *muito A-gradual* é um predicado vago, porque *muito* também cria lacunas extensionais, e não porque o grau padrão pode ser manipulado contextualmente, o que nos soa como um fato. Ou seja, *muito* modificando um adjetivo absoluto de grau máximo pode ser a relação de superioridade entre o grau que o indivíduo exhibe e um grau máximo. Esse máximo será extensional se a escala apresentar espaço para alçamento e, ao mesmo tempo, poderá ser intensional se houver expectativas/desejos do falante envolvidos na situação. Mas, o essencial é que a sensação de escala aberta que Quadros Gomes (2011, 2012) menciona resulta não do padrão contextual de *muito* , mas sim do fato de esse modificador produzir lacunas extensionais, que, no caso dos absolutos, poderiam ser resultado de uma diferença tal entre os graus comparados que o indivíduo sujeito da predicação não está nem acima do esperado nem abaixo do padrão lexical.

A questão da classe de comparação com os adjetivos absolutos merece uma investigação mais detalhada. Como, em português, temos os verbos *ser* e *estar* , que são especializados para propriedades permanentes e transitórias (em geral), esse fato precisa ser considerado também. Ao contrário do que acontece com o inglês, as classes de comparação extensionais, em português, são pragmaticamente felizes com adjetivos absolutos de grau máximo. Além disso, vimos que o grau máximo como uma função total no caso dos absolutos de grau máximo parece ser uma inferência pragmática, pois é cancelável. Acreditamos que esses temas merecem ser discutidos com mais profundidade, e poderiam, inclusive, ser objetos de trabalhos experimentais.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer aos dois pareceristas anônimos pela leitura atenta e pela série de questões que colocaram ao longo do texto, me fazendo perceber temas e conceitos que precisavam ser esclarecidos. Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPR que gentilmente me recebeu como pós-doutorando durante o ano de 2017, período em que este estudo foi desenvolvido. Diferentes versões do texto foram apresentadas no II Colóquio de Semântica Referencial na UFSCar, em setembro de 2017 e no I Seminário de Modificação Gradual, em novembro de 2017 na UFPR. Agradeço aos participantes desses eventos pelos questionamentos e sugestões. Algumas pessoas com quem conversei sobre as ideias expostas aqui também foram fundamentais no processo, em particular Lara Frutos, Renato Basso, Kayron Bevilacqua e Denise Mazocco. Roberta Pires de Oliveira tem sido uma importante interlocutora desde a minha entrada na pós-graduação na UFSC em 2004, a ela agradeço a leitura e a parceria. Por fim, agradeço à minha bolsista de iniciação científica, Juliana Schaidhauer, que revisou o texto.

Referências

- BIERWISCH, Manfred. The Semantics of Gradation. In: BIERWISCH, M.; LANG, E. (Org.). *Dimensional Adjectives*. Berlin: Springer, 1989. p. 71-261.
- BURNETT, Heather. A delineation solution to the puzzles of absolute adjectives. *Linguistics & Philosophy*, [S.l.], v. 37, p. 1-39, 2014.
- CANÇADO, Márcia. *Manual de semântica*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.
- CHIERCHIA, Gennaro. *Semântica*. Trad. L. Negri, L. A. Pagani e R. Ilari. Campinas: Editora da Unicamp; Londrina: EDUEL, 2003.
- CRESSWELL, M. The Semantics of Degree. In: PARTEE, B. (Org.). *Montague Grammar*. New York: Academic Press, 1976. p. 261-292. DOI: <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-545850-4.50015-7>
- CRUSE, David. *Lexical Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

DEMONTE, Violeta. Adjectives. In: von HEUSINGER, K.; MAIENBORN, C.; PORTNER, (Org.). *Semantics: An International Handbook of Natural Language Meaning*. Berlin: Walter de Gruyter, 2011. p. 1314-1340.

DOETJES, Jenny. Adjectives and Degree Modification. In: KENNEDY, C.; McNALLY, L. (Org.). *Adjectives: Syntax, Semantics and Discourse*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 123-155.

GUIMARÃES, Márcio R. *Dos intensificadores como quantificadores*. 2007. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

HEIM, I.; KRATZER, A. *Semantics in Generative Grammar*. Oxford: Blackwell, 1998.

KENNEDY, Christopher. *Projecting the Adjective*. 1997. Dissertation (PhD) – University of California at Santa Cruz, 1997.

KENNEDY, Christopher. Vagueness and Grammar: the Semantics of Relative and Absolute Gradable Adjectives. *Linguistics and Philosophy*, [S.l.], v. 30, n. 1, p. 1-45, Feb. 2007.

KENNEDY, Christopher; McNALLY, Louise. Scale Structure, Degree Modification, and the Semantics of Gradable Predicates. *Language*, [S.l.], v. 81, n. 2, p. 345-381, 2005a.

KENNEDY, Christopher; McNALLY, Louise. The syntax and semantics of multiple degree modification in English. In: MÜLLER, S. (org.). *Proceedings of the HPSG05 Conference*. Department of Informatics, University of Lisbon, CSLI Publications, 2005b.

KLEIN, Ewan. A Semantics for Positive and Comparative Adjectives. *Linguistics and Philosophy*, [S.l.], v. 4, n.1, p. 1-45, 1980.

KLEIN, Ewan. Comparatives. In: von STECHOW, A.; WUNDERLICH, D. (Org.). *Semantics: an international handbook of contemporary research*. Berlin: de Gruyter, 1991. p. 673-691.

LASERSOHN, Peter. Context Dependence, Disagreement, and Predicates of Personal Taste. *Linguistics and Philosophy*, [S.l.], v. 28, n. 6, p. 643-686, Dec. 2005.

MARTINHO, Fernando J. S. *Sintaxe e semântica dos adjetivos graduáveis em português*. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Aveiro, Aveiro, 2007.

McNABB, Yaron. *The Syntax and Semantics of Degree Modification*. 2012. Dissertation (PhD) – University of Chicago, Chicago, 2012.

McNALLY, Louise. The relative role of property type and scale structure in explaining the behavior of gradable adjectives. In: NOUWEN, R. *et al.* (Org.). *Vagueness in Communication*. Bourdeaux: Springer, 2011. p. 151-168.

NEELEMAN, A.; von de KOOT, H.; DOETJES, J. Degree expressions. *The Linguistic Review*, [S.l.], v. 21, p. 1-66, 2004.

PANSERI, Francesca; FOPPOLO, Francesca; GUASTI, Maria Teresa. Acquisition Meets Comparison: An Investigation of Gradable Adjectives. In: CAPONIGRO, I.; CECCHETTO, C. (Org.). *From Grammar to Meaning: The Spontaneous Logicality of Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 266-293.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. *Semântica formal: uma breve introdução*. São Paulo: Mercado de Letras, 2001.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta; BASSO, Renato. *Arquitetura da conversação: teoria das implicaturas*. São Paulo: Parábola, 2014.

QUADROS GOMES, Ana Paula. A semântica de grau em PB. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE LETRAS E LINGUÍSTICA, XIII., SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE LETRAS E LINGUÍSTICA (SILEL), III., Uberlândia. *Anais...* Uberlândia, EDUFU, 2011. v. 2, n. 2, p. 1-9.

QUADROS GOMES, Ana Paula. Modificadores de adjetivos de grau em PB. In: SIMELP - SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA: A FORMAÇÃO DE NOVAS GERAÇÕES DE FALANTES DE PORTUGUÊS NO MUNDO, III., 2011, Macau. *Anais...* Macau: Universidade de Macau, 2012. p. 5-1-5-11.

van ROOIJ, Robert. Vagueness and Linguistics. In: RONZITTI, G. (Org.). *The Vagueness Handbook*. Dordrecht: Springer, 2011. p. 1-57.

ROTSTEIN, Carmen; WINTER, Yoad. Total Adjectives vs. Partial Adjectives: Scale Structure and Higher-Order Modifiers. *Natural Language Semantics*, [S.l.], v. 12, n. 3, p. 259-288, 2004.

SOLT, Stephanie. Comparison to Arbitrary Standards. In: SINN AND BEDEUTUNG, 16., Utrecht. *Proceedings...* Utrecht: Universiteit Utrecht, 2011. p. 557-570.

SOUZA, Luisandro M. de. Adjetivos graduais e a interpretação de maximizadores e minimizadores. *Revista de Estudos da linguagem*, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, 2018, p. 13-48, 2019.

von STECHOW, Armin. Comparing Theories of Comparison. *Journal of Semantics*, Oxford, v. 3, n. 1-2, p. 183-199, 1984.

TOLEDO, Assaf.; SASSOON, Galit W. Absolute vs. relative adjectives: variance within vs. between individuals. In: SEMANTICS AND LINGUISTIC THEORY CONFERENCE, 21, 2011, New Brunswick. *Proceedings...* New Brunswick: Rutgers University, 2011. p. 135-154.

